



PUBLICAÇÃO:26/06/2018



Patos de Minas aprova fundo de proteção da defesa civil e avança na busca de título de 'Cidade Resiliente'

Fundo é para auxiliar estudos para prevenção de desastres ambientais. 'Cidade Resiliente' é um título dado pela ONU aos municípios.



 Patos de Minas tenta título de Cidade Resiliente para prevenir desastres naturais como desabamentos (Foto: Rejane Gomes/Folha Patense)

Fundo Municipal de Proteção da Defesa Civil foi criado neste mês em Patos de Minas por meio da Câmara de Vereadores. Desde o início do ano passado, a cidade busca o título de "**Cidade Resiliente**", dado pela **Organização das Nações Unidas (ONU)** aos municípios que têm o compromisso em torno das práticas de desenvolvimento sustentável, como forma de diminuir as vulnerabilidades e propiciar o bem estar e a segurança dos cidadãos.

De acordo com o coordenador municipal de proteção e Defesa Civil, tenente João Fernandes Caixeta, a iniciativa é a que auxilia conseguir recursos para a equipe trabalhar.

"Com a aprovação do fundo, receberemos verba, por exemplo, de multas aplicadas pela Prefeitura por conta de alguma irregularidade de cidadão. Não temos o valor certo, mas a

garantia desse fundo nos dá um respaldo para criarmos um estudo e trabalhar em cima dele", explicou.

A cidade resiliente tem a capacidade de resistir, absorver e se recuperar de forma eficiente dos efeitos de um desastre e, de maneira organizada, prevenir que vidas e bens sejam perdidos. O tenente João Fernandes explicou que os principais riscos que Patos de Minas enfrenta é em relação às enchentes e ao desabamento de terra. É contra isso que a Defesa Civil trabalha.

"Estamos revisando o Plano Diretor da cidade e dentro dele catalogando as áreas que não são viáveis expandir por riscos de desastres naturais. É um trabalho em longo tempo que contribui muito com a segurança da população", disse.

ONU e cidade resiliente

Para ser considerada pela ONU uma **cidade resiliente** - capacidade de superar problemas - é preciso cumprir um guia com dez passos:

- estabelecer mecanismos de organização e coordenação das ações preventivas com base na participação da sociedade;
- elaborar documentos de orientação para redução de riscos de desastres;
- manter informações atualizadas sobre ameaças e vulnerabilidades da cidade;
- investir em infraestrutura de redução de risco;
- avaliar a segurança de escolas e postos de saúde;
- aplicar e cumprir regulamentos de planejamento urbano;
- investir na capacitação comunitária para a redução de riscos;
- proteger ecossistemas para atenuar alagamentos e inundações;
- instalar sistemas de alerta e alarme;
- e garantir apoio à população após desastres.
 - Ainda de acordo com João Fernandes Caixeta a cidade de Patos de Minas trabalha para conseguir o título da ONU o quanto antes. No entanto, o trabalho está em fase inicial e não há previsão para finalizar todas as etapas exigidas pela organização.
 - "Apesar da aprovação do fundo ainda não recebemos o valor e é através dele que podemos viabilizar estudos e trabalhos efetivos. Nesta semana teremos mais uma reunião com a Secretaria de Finanças a fim de acertar o mais rápido a transferência de recursos", concluiu o tenente.

FONTE: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/patos-de-minas-aprova-fundo-de-protecao-da-defesa-civil-e-avanca-na-busca-de-titulo-de-cidade-resiliente.ghtml>

Iniciativa de risco climático e sistemas de aviso prévio expande sua cobertura

Uma iniciativa internacional para melhorar os sistemas de alerta precoce contra condições meteorológicas extremas e apoiar a adaptação às mudanças climáticas está ganhando força para proteger mais pessoas em mais lugares. O financiamento foi estendido para cobrir as regiões do **Caribe** e da África Ocidental.

A iniciativa dos **Sistemas de Alerta de Risco Climático e Aviso Precoce (CREWS)**, lançada em 2015, opera em 19 países na África e no Pacífico. Está melhorando os sistemas de alerta precoce para proteger as populações mais vulneráveis contra riscos como ciclones tropicais e inundações em países menos desenvolvidos e pequenos estados insulares em desenvolvimento.

“Esta iniciativa internacional está chegando às populações expostas para fortalecer a conscientização, salvar vidas e reduzir o impacto de desastres climáticos e climáticos extremos. Os sistemas de aviso prévio são uma parte essencial da adaptação às mudanças climáticas”, disse Brigitte Collet, embaixadora da França para as negociações sobre mudanças climáticas, energia renovável e prevenção de riscos climáticos.

A Sra. Collet presidiu uma reunião do Comitê Diretivo da CREWS, realizada em 14 de junho, para revisar as atividades em andamento e aprovar projetos futuros.

O comitê discutiu as conclusões de um relatório sobre as lições aprendidas na devastadora temporada de furacões de 2017. O relatório final será publicado na Plataforma Regional das Américas para Redução do Risco de Desastres em Cartagena, Colômbia, de 20 a 22 de junho. Ele identifica como melhorar os sistemas de alerta antecipado e aumentar a preparação das comunidades caribenhas para a temporada de 2018 e destacar, em particular, como os homens e as mulheres foram afetadas diferentemente pelos eventos.

«A maioria dos países menos desenvolvidos e muitos pequenos estados insulares em desenvolvimento têm redes inadequadas de observação meteorológica e apenas um sistema básico de alerta precoce. A Organização Meteorológica Mundial está se esforçando para fechar a lacuna de capacidade nos serviços climáticos, climáticos e hídricos, ampliando parcerias efetivas para investimentos em apoio à adaptação às mudanças climáticas, redução do risco de desastres e desenvolvimento sustentável. Os TRIPs encarnam essa ambição », disse o Secretário Geral da OMM, Petteri Taalas.

Representante especial da ONU para redução do risco de desastres, **Mami Mizutori**, disse: "Tragicamente vidas continuam a ser perdidas em desastres devido à falta de acesso a sistemas de alerta precoce. Advertências oportunas e acionáveis e acesso à

informação são fundamentais para reduzir a perda de vidas e minimizar o impacto dos desastres na saúde e segurança das pessoas. "

O Marco de Sendai para a Redução de Risco de Desastres 2015-2030, o plano global para reduzir as perdas por desastres, inclui um alvo específico para melhorar o acesso a sistemas de alerta antecipado de múltiplos perigos.

O CREWS está sendo implementado em vários países africanos. Na República Democrática do Congo, Burkina Faso, Mali e Níger, a CREWS está apoiando o aprimoramento de previsões hidrometeorológicas operacionais e serviços de alerta precoce, com ênfase nos riscos relacionados a enchentes e secas. Há um foco especial em alertas precoces para agricultura, segurança alimentar e proteção civil, e um alinhamento específico com investimentos do Banco Mundial e do Banco Africano de Desenvolvimento e outros parceiros, em conformidade com os respectivos quadros nacionais para serviços climáticos.

No Pacífico, a CREWS está reforçando os serviços hidrometeorológicos e de alerta precoce para as ilhas, incluindo Fiji, Ilhas Cook, Kiribati, Niue e Tuvalu, Samoa, Tonga, Palau, Nauru, Ilhas Marshall e Tokelau. Em Papua Nova Guiné, está melhorando o controle e a manutenção da rede existente de monitoramento de secas e inundações, bem como alertas precoces para o setor agrícola e gerentes de desastres.

A reunião do Comitê Diretor identificou novos países na África e na Ásia, onde os projetos poderiam ser financiados nos próximos dois anos.

Os projetos do CREWS permitem que países e parceiros especializados liderem. Isso garante que as necessidades mais prementes recebam prioridade. Eles baseiam-se nas atividades existentes e permitem que os países aproveitem recursos adicionais do Fundo Climático Verde e de outras fontes.

Há um foco especial nas mulheres, que desempenham um papel importante na resposta aos primeiros alertas, e são embaixadores muito eficazes para construir resiliência. Por exemplo, treinamentos agrometeorológicos chamados "seminários errantes" foram realizados em 3 municípios pilotos de Burkina Faso, fornecendo conselhos específicos para 807 mulheres e 1.040 homens sobre a escolha das culturas, sobre o momento ideal para o plantio, sobre como otimizar o uso de insumos agrícolas em relação a observações e previsões climáticas, e sobre como melhor manejar a colheita e a pós-colheita.

A iniciativa CREWS foi lançada na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, em Paris, em 2015, e é liderada pela França. Outros parceiros de coalizão são Austrália, Alemanha, Luxemburgo e Holanda, com apoio do Canadá. Em um sinal do crescente ímpeto, o comitê diretor recebeu com satisfação a participação da Suíça e do México no Comitê Diretor.

O CREWS está sendo implementado pela Organização Meteorológica Mundial (OMM), pelo Banco Mundial e pelo Fundo Global para a Redução e Recuperação de Desastres

(GFDRR) com o apoio do Escritório das Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres (UNISDR).

O relatório anual do CREWS está disponível aqui.

FONTE: https://ane4bf-datap1.s3-eu-west-1.amazonaws.com/wmocrews/s3fs-public/ckeditor/files/CREWS_annual_report_2017_20180425_EN_office_pages.pdf



Tijolos e água: melhorando a resiliência da água na Inglaterra

Por Angela Smith e Baronesa McIntosh

O Westminster Sustainable Business Forum (WSBF), que está publicando o relatório esta semana, realizou um estudo único que reuniu grandes empresas nos setores de construção de casas, água e planejamento.

A futura escassez de água na Inglaterra é uma possibilidade muito real. Há uma percepção popular de que a Inglaterra é uma ilha chuvosa e verde que não precisa se preocupar excessivamente em ter água suficiente. Mas o recente relatório da Comissão Nacional de Infraestrutura, Preparando-se para um futuro mais seco, deixou claro que, até 2050, precisaremos de mais quatro bilhões de litros de água todos os dias. A escala do potencial déficit de oferta pode chegar a 22%.

O governo precisa se levar a sério sobre o desenvolvimento sustentável ao entregar seus ambiciosos alvos de construção de 300.000 novas casas construídas por ano. Bricks e Water descobriram que os construtores de casas estavam frustrados com a estrutura fragmentada em que eram obrigados a operar. Eles deixaram claro para nós a importância de padrões consistentemente aplicados.

É por isso que estamos recomendando que o governo crie um novo certificado de resiliência de propriedade (PRC) para residências. Isso classificaria nossas residências em eficiência hídrica, desempenho energético, risco de inundação e **resiliência**. A República Popular da China seria o primeiro passo para tornar os compradores de casas (e arrendatários privados) conscientes desses fatores extremamente significativos e eles forneceriam um importante primeiro passo para impulsionar o desenvolvimento de um mercado para residências com alta classificação.

FONTE: <https://www.politicshome.com/news/uk/communities/housing/house/house-magazine/96064/bricks-and-water-improving-water-resilience>

INEE Relatório Anual 2017

Temos o prazer de compartilhar com vocês o Relatório Anual INEE 2017, um resumo das atividades e realizações da rede durante um último ano muito ocupado.

Como uma vibrante comunidade de prática, a Rede Interinstitucional para a Educação em Situação de Emergência (INEE) continua a servir os seus membros através das suas funções centrais da *construção de uma comunidade, a convocação, gestão do conhecimento, ampliando e defendendo, facilitando e aprendizagem, e fornecendo* membros com os recursos e o apoio de que precisam para realizar seu trabalho na educação em situações de emergência.

Nós convidamos você a ler este Relatório Anual 2017, tendo em mente que as importantes conquistas destacadas aqui são o resultado de nossos esforços coletivos e cooperativos. Seu apoio e envolvimento com INEE é o nosso verdadeiro sucesso, e estamos ansiosos para continuar a trabalhar com você para garantir que todas as meninas, meninos, mulheres e homens afetados pela crise e instabilidade tenham acesso à qualidade, relevante e oportunidades de educação seguras.

FONTE: [http://s3.amazonaws.com/inee-assets/resources/INEE_2017_Annual_Report.pdf?utm_source=INEE+email+lists&utm_campaign=29e518e9c5-PSS%2FSEL+Translated+Background+Paper_COPY_01&utm_medium=email&utm_term=0_710662b6ab-29e518e9c5-&mc_cid=29e518e9c5&mc_eid=\[UNIQID\]&utm_source=INEE+email+lists&utm_campaign=b8d187a804-BWB_2015_7_2_COPY_01&utm_medium=email&utm_term=0_710662b6ab-b8d187a804-25743853](http://s3.amazonaws.com/inee-assets/resources/INEE_2017_Annual_Report.pdf?utm_source=INEE+email+lists&utm_campaign=29e518e9c5-PSS%2FSEL+Translated+Background+Paper_COPY_01&utm_medium=email&utm_term=0_710662b6ab-29e518e9c5-&mc_cid=29e518e9c5&mc_eid=[UNIQID]&utm_source=INEE+email+lists&utm_campaign=b8d187a804-BWB_2015_7_2_COPY_01&utm_medium=email&utm_term=0_710662b6ab-b8d187a804-25743853)

Elevando a Educação em Emergências

Resumo

Um papel central de quatro etapas da Desempacotamento da Série na Resposta Humanitária

O objetivo geral da série Educação em Emergências em Elevação é galvanizar maior atenção e priorização da educação em respostas humanitárias. Embora não seja possível cobrir toda a extensão do setor, cada uma das quatro reuniões nos próximos dois anos destacará uma questão crítica relevante para a educação em profissionais de emergências que trabalham atualmente em respostas humanitárias coordenadas.

- A sessão inaugural explora uma das muitas razões pelas quais a educação é crítica, na medida em que fornece proteção essencial, dignidade e desenvolvimento de crianças e

jovens em crise.

- A segunda reunião explora uma das muitas maneiras pelas quais a educação em emergências está sendo realizada, examinando métodos inovadores como transferências de renda para apoiar as famílias na priorização da educação para suas crianças e jovens.
- A terceira reunião se concentra em com quem a educação na programação de emergências envolve intervenções mais inclusivas e responsáveis, em particular parceiros nacionais e locais.
- E, finalmente, a última reunião aborda quando a programação educacional é implementada e as implicações para os resultados de aprendizagem de longo prazo.

A reunião inaugural reforça o importante momento que a educação em emergências acumulou, concentrando-se no papel protetor que a educação desempenha para as crianças, jovens e comunidades em crise. De Com foco na África Ocidental, as discussões irão destacar uma região que foi severamente afetada pelo conflito, mas que é constantemente subfinanciada.

FONTE:http://s3.amazonaws.com/inee-assets/page-images/Background_Paper_Elevating_Education_in_Emergencies.pdf



Financiamento humanitária para a Educação em Situação de Emergência 2014-2017

Apesar de mais apoio financeiro e político foi trazido à educação em situações de emergência, que ainda não foi traduzido para uma mudança significativa na priorização. A lacuna de financiamento para a educação continua a ser muito maior do que a da comunidade humanitária em geral.

Enquanto a porcentagem de financiamento humanitário setorial indo para a educação aumentou de 1,7% em 2014 para 3,8% em 2017, ainda permanece baixa, 7 financiado de 11 IASC reconhecido Clusters em 2017. alocações de financiamento são desiguais em diferentes contextos; em alguns, aumentou, enquanto em outros, está estagnado ou está diminuindo.

FONTE:https://www.humanitarianresponse.info/sites/www.humanitarianresponse.info/files/documents/files/06062018_global_dashboard_elevating_eie.pdf?utm_source=INEE+email+lists&utm_campaign=b8d187a804-BWB_2015_7_2_COPY_01&utm_medium=email&utm_term=0_710662b6ab-b8d187a804-25743853



ACNUR: número de pessoas deslocadas chega a 68,5 milhões em 2017

Guerras, violência e perseguições levaram o deslocamento forçado em todo o mundo para um novo recorde em 2017. Pelo quinto ano consecutivo, o número de pessoas que tiveram de deixar seus lares chegou a um patamar inédito — 68,5 milhões de indivíduos. É o que revela o relatório anual Tendências Globais (Global Trends), divulgado hoje pela Agência da ONU para Refugiados (ACNUR).

Segundo o organismo internacional, o aumento foi motivado sobretudo pela crise na República Democrática do Congo, pela guerra do Sudão do Sul e pela ida de milhares de refugiados rohingya de Mianmar para Bangladesh. Países em desenvolvimento são desproporcionalmente os mais afetados.

Entre os quase 70 milhões de indivíduos, 16,2 milhões foram deslocados pela primeira vez em 2017 ou já viviam em situação de deslocamento forçado e tiveram de se deslocar novamente. Isso equivale a 44,5 mil pessoas sendo deslocadas a cada dia — ou a uma pessoa se deslocando a cada dois segundos.

Refugiados que tiveram de deixar seus países para escapar do conflito e da perseguição somam 25,4 milhões dos 68,5 milhões de deslocados contra sua vontade. O contingente de refugiados corresponde a 2,9 milhões a mais do que em 2016. Trata-se do maior aumento que o ACNUR já registrou em um único ano.

Os solicitantes de refúgio, que ainda esperavam o resultado de seus pedidos em 31 de dezembro de 2017, aumentaram em cerca de 300 mil e somam 3,1 milhões de indivíduos. Os deslocados internos, pessoas que estão deslocadas dentro do seu próprio país, eram 40 milhões do total, um pouco menos que os 40,3 milhões em 2016.

De acordo com o ACNUR, em 2017, o número de pessoas deslocadas à força era semelhante à população da Tailândia. Em todo o mundo, uma em cada 110 pessoas é deslocada.

“Estamos em uma fase decisiva, na qual o sucesso em gerenciar o deslocamento forçado global exige uma abordagem nova e muito mais abrangente, para que os países e as comunidades não lidem sozinhos com esse tema”, disse o alto-comissário das Nações Unidas para Refugiados, Filippo Grandi.

“Mas há razão para alguma esperança. Quatorze países já são pioneiros em um novo modelo para responder a situações de refugiados e, em questão de meses, o novo Pacto Global sobre Refugiados estará pronto para ser adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Hoje, na véspera do Dia Mundial dos Refugiados, faço um apelo aos países-membros da ONU para que, por favor, apoiem essa causa. Ninguém se torna refugiado por opção. Mas nós podemos escolher como ajudar.”

O relatório Tendências Globais do ACNUR é divulgado a cada ano antes do Dia Mundial dos Refugiados (20 de junho). A publicação monitora o deslocamento forçado com base em dados coletados pela agência da ONU, por governos e outros parceiros. O relatório não analisa o ambiente global de refúgio, que continuou a testemunhar em 2017 vários incidentes de retornos forçados, a politização de refugiados, refugiados presos ou sem

a possibilidade de trabalhar e até mesmo vários países se opondo ao uso da palavra “refugiado”.

ACNUR: 85% dos refugiados estão nos países em desenvolvimento

O relatório Tendências Globais revela que as percepções sobre deslocamento forçado nem sempre correspondem à realidade. A noção de que as pessoas deslocadas estão principalmente em países do Hemisfério Norte é uma das suposições desmitificadas pela publicação. Os dados, na verdade, mostram o oposto — 85% dos refugiados estão nos países em desenvolvimento, muitos dos quais são extremamente pobres e recebem pouco apoio para cuidar dessas populações. Quatro em cada cinco refugiados permanecem em países vizinhos aos de seus locais de origem.

O deslocamento em grande escala através das fronteiras também é menos comum do que sugere a estatística global de 68,5 milhões. Quase dois terços das pessoas forçadas a fugir são deslocadas internas e continuam vivendo dentro de seus próprios países.

Dos 25,4 milhões de refugiados, pouco mais de um quinto são palestinos sob os cuidados da UNRWA, a Agência da ONU para Refugiados da Palestina. Entre o restante, que está sob o mandato do ACNUR, dois terços vêm de apenas cinco países: Síria, Afeganistão, Sudão do Sul, Mianmar e Somália. O fim do conflito em qualquer uma dessas nações tem o potencial de influenciar significativamente o quadro mais amplo de deslocamento global.

O relatório Tendências Globais mostra ainda que a maioria dos refugiados vive em áreas urbanas (58%), não em acampamentos ou áreas rurais. Outra descoberta é de que a população deslocada global é jovem — 53% são crianças, incluindo muitas que estão desacompanhadas ou separadas de suas famílias.

Assim como o número de países que são ponto de origem de grandes deslocamentos, a quantidade de nações que abrigam números elevados de refugiados também foi comparativamente pequena: a Turquia continuou sendo o país que mais acolhe refugiados em números absolutos, com uma população de 3,5 milhões de refugiados, principalmente sírios. O Líbano, por sua vez, hospedou o maior número de refugiados em relação à sua população nacional. No total, 63% de todas as pessoas refugiadas sob o mandato do ACNUR estavam em apenas dez países.

Infelizmente, soluções para essa crise seguem escassas. Guerras e conflitos continuam a ser as principais causas de deslocamento forçado, com um pequeno progresso rumo à paz. Cerca de 5 milhões de pessoas puderam retornar às suas casas em 2017, sendo a grande maioria deslocados internos. Contudo, entre essas pessoas, muitas estavam voltando para contextos frágeis e condições precárias. Devido a uma queda na quantidade de locais de reassentamento oferecidos, o número de refugiados reassentados caiu mais de 40%, para cerca de 100 mil pessoas.

Informações adicionais

O relatório do ACNUR, Tendências Globais, e um pacote de recursos multimídia estão disponíveis em www.unhcr.org/global-trends-2017-media

Relatando o deslocamento forçado – principais definições

O ACNUR não usa a palavra “migrante” para descrever pessoas que são forçadas a fugir.

Refugiado: pessoa que foi forçada a deixar seu país de origem e requer “proteção internacional” devido ao risco de violência ou perseguição caso voltasse para casa. Isso inclui pessoas que fogem de guerras. O termo tem suas raízes em instrumentos legais internacionais, notadamente a Convenção de Refugiados de 1951, o Protocolo de 1967 e a Convenção de 1969 da Organização da Unidade Africana (OUA). Uma pessoa pode obter o status de refugiado solicitando-o individualmente. Em casos de grande afluência, o status pode ser concedido “prima facie” (imediatamente). Os refugiados não podem regressar ao seu país de origem, a menos que seja estritamente um retorno voluntário.

Solicitante de refúgio: pessoa que solicitou individualmente o status de refugiado e está aguardando o resultado de seu parecer. Os solicitantes de refúgio recebem “proteção internacional” enquanto suas solicitações estão sendo avaliadas e, assim como os refugiados, não podem voltar para casa, a menos que seja um retorno voluntário.

Pessoa internamente deslocada: deslocados internos, geralmente conhecidos pela sigla IDP, são pessoas que foram forçadas a deixar suas casas para ir a outro lugar em seu próprio país, em busca de proteção e segurança.

Apátrida: pessoa que não tem nacionalidade de nenhum país e, conseqüentemente, carece dos direitos humanos e do acesso aos serviços daqueles que têm cidadania. É possível ser apátrida e refugiado simultaneamente.

FONTES: https://s3.amazonaws.com/unhcrsharedmedia/2018/Global_Trends_Forced_Displacement_in_2017/TendenciasGlobales_2017_web.pdf

FONTES: <http://www.unhcr.org/global-trends-2017-media>



OIM apresenta estudo sobre políticas públicas para migrantes indígenas em Manaus

A Organização Internacional para as Migrações (OIM) lançou na quinta-feira (21) estudo com diagnóstico da migração de indígenas da Venezuela para a cidade de Manaus, no Amazonas, avaliando alcances e limites das políticas públicas existentes e explorando possíveis alternativas de médio e longo prazo para seu aprimoramento.

A pesquisa, financiada pela OIM, foi realizada pelo Grupo de Estudos Migratórios da Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), sob a liderança do antropólogo Sidney Antônio da Silva, e contou com o apoio do Observatório das Migrações Internacionais (Obmigra), que é uma parceria entre o Ministério do Trabalho e a Universidade de Brasília.

Durante a pesquisa, a equipe da UFAM mapeou as principais formas de acolhimento institucional, entrevistou indígenas e gestores públicos, realizou oficinas com autoridades estaduais e municipais e elaborou sugestões nas áreas de documentação, geração de renda, saúde, educação, moradia e cultura.

Em uma de suas principais conclusões, a investigação aponta para o surgimento de um campo de circulação migratório indígena entre Venezuela e Brasil, marcado pela passagem por múltiplas localidades, com estadias curtas ou prolongadas.

A constituição do campo de circulação, caracterizado por movimentos constantes e, às vezes, pendulares, foge as categorizações tradicionalmente empregadas na gestão migratória.

A publicação do diagnóstico sobre as políticas públicas para indígenas vindos da Venezuela, na cidade de Manaus, é a segunda realizada pela OIM, que recentemente divulgou pesquisa sobre os aspectos jurídicos da migração indígena com estudo de campo em Roraima.

“Diagnóstico e Avaliação da Migração Indígena da Venezuela para Manaus, Amazonas”.

FONTE: <http://repository.oim.org.co/bitstream/handle/20.500.11788/2029/BRL-OIM%20005.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

“Aspectos Jurídicos da Atenção aos Indígenas Migrantes da Venezuela para o Brasil”.

FONTE: <http://repository.oim.org.co/bitstream/handle/20.500.11788/2018/BRL-OIM%20004.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

EVENTOS



ONU abre inscrição para programa de jovens profissionais 2018

Todos os anos, as Nações Unidas procuram jovens altamente qualificados que queiram começar a se dedicar a uma carreira internacional na Organização. Por meio de seu concurso anual, o [Programa Jovens Profissionais \(YPP, na sigla em inglês\)](#) busca novos talentos para incorporar-se à ONU.

O exame deste ano será online, em outubro e dezembro, em três áreas – Assuntos Legais; Assuntos Sociais; e Estatística. Os candidatos devem ter até 32 anos até o final de 2018.

Se você é graduado no ensino superior, fala inglês ou francês fluentemente, é cidadão de um dos países participantes do programa ([acesse aqui a lista](#)), saiba abaixo como participar. Entre os países incluídos estão sete lusófonos: Angola, **Brasil**, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

O período para se candidatar ao exame segue aberto até **9 de agosto de 2018** (meia-noite de NY), por meio do [portal de Carreiras da ONU](#).

Candidaturas

É importante observar que candidaturas incompletas e/ou atrasadas não serão consideradas. Portanto, é preciso preencher e enviar o seu pedido antes do prazo final.

É importante completar e atualizar todas as informações com precisão, pois estes dados servirão como uma base para avaliar a sua elegibilidade e adequação ao exame. Você receberá, por e-mail, um número de candidatura.

Orientações adicionais sobre a elaboração de candidaturas estão disponíveis por meio de um manual ([clique aqui](#) e [aqui](#)) e nas perguntas frequentes sobre o YPP ([clique aqui](#)).

Dúvidas e outras vagas na ONU

Toda e qualquer dúvida adicional deve ser enviada diretamente para o contato disponível na página do programa, [clique aqui](#).

Além do YPP, pessoas em qualquer faixa etária podem buscar vagas na ONU a qualquer tempo, sendo que as vagas sem critérios de faixa etária representam a vasta maioria das oportunidades disponíveis na ONU. Saiba mais sobre estas vagas em nacoesunidas.org/vagas.

Acompanhe também as vagas na ONU pelo Facebook e Twitter, nos seguintes endereços: www.facebook.com/UN.Careers e twitter.com/UN_Careers.

INFORMAÇÕES

PROMOTOR BRASIL

<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/Home/viewalladvocates#page-3>

CAMPINAS RESILIENTE - OBSERVATÓRIO

<https://resiliente.campinas.sp.gov.br/observatorio>

INFORMATIVOS UNISDR

<http://www.eird.org/camp-10-15>

PREVENTIONWEB

<http://www.preventionweb.net/english/>

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

<http://www.mi.gov.br/web/guest/cidades-resilientes>

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DESASTRES - PARANÁ

<http://www.ceped.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=16>

COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL SP

<http://www.defesacivil.sp.gov.br/>

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL – RIO DE JANEIRO

<http://www.rj.gov.br/web/sedec/exibeconteudo?article-id=4173185>

COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL DE MINAS GERAIS

<http://www.defesacivil.mg.gov.br/index.php/ajuda/page/280-programa-minas-mais-resiliente-edital-de-chamamento-publico-n-01-2016-resultado-de-analise-das-propostas>